

A CAMPANHA DIRETAS JÁ ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO JORNAL ZERO HORA

Daniela de Campos ¹

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo compreender de que forma um dos principais periódicos do Rio Grande do Sul, o jornal Zero Hora, noticiou os eventos relacionados a campanha para eleição direta para Presidente da República, no Brasil, desde março de 1983 até o início do ano seguinte. Desde 1964 o Brasil experienciava um governo ditatorial (militar com participação civil), a exemplo do que ocorreu mais tarde em outros países da América do Sul. No início dos anos 1980 o regime ditatorial encontrava-se desgastado e, em 1983, iniciou-se um movimento para o retorno às eleições diretas no País. Esse movimento, denominado Diretas Já, mobilizou vários setores da população e a mídia impressa e televisiva não pode se furtar de divulgar o evento. De outro modo, sabe-se que muitas empresas jornalísticas alinharam-se ideologicamente ao regime militar, a partir de 1964, posição que se modificou, em muitos casos, com a crise econômica que assolou o país no final da década de 1970, após o fim da euforia gerada pelo milagre econômico, e a pressão para que o governo promovesse a abertura política. Portanto o estudo da Campanha Diretas Já, contribui para a ampliação do conhecimento histórico e social do período, além de examinar o papel da imprensa escrita local no ocaso da ditadura militar.

Palavras chaves: Diretas Já. Eleições. Ditadura militar.

INTRODUÇÃO

Esse texto é resultado de pesquisa intitulada Diretas Já: a Campanha nas páginas do jornal Zero Hora, desenvolvido no âmbito do IFRS – *Campus* Farroupilha, com apoio institucional e bolsa de fomento externo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS. O trabalho tem como objetivo demonstrar como um dos principais periódicos do Rio Grande do Sul, o jornal Zero Hora, noticiou os eventos relacionados à campanha para eleição direta para Presidente da República, desde março de 1983 até o início do ano seguinte.

Em 1964 um golpe civil-militar derrubou o presidente João Goulart e instituiu uma ditadura que perdurou por vinte e um anos e serviu de modelo para as que se seguiram na região. Nos anos de ditadura, sucederam-se cinco presidentes militares. Foi um período

¹ Doutora em História. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Farroupilha, email: dcampos7@ hotmail.com

marcado, por um lado por grandes taxas de crescimento econômico (milagre econômico- 1968 a 1973), e por outro de crise, concentração de renda, altas taxas de inflação e de endividamento externo, especialmente no último governo (1979-1985).

A ambiguidade não se apresentou apenas na economia. Havia um rígido controle em relação aos meios de comunicação, órgãos de cultura, organizações sindicais e estudantis, instituições de ensino, artistas e intelectuais. Mas também foi um período de grande criatividade e expressividade cultural, como se pode notar pela emergência do movimento tropicalista e nos festivais da canção, por exemplo.

Também houve resistência, a despeito da empreitada das forças de repressão para eliminá-la da sociedade brasileira. Mesmo com as pressões, mortes, exílios e silêncios, foi a existência de uma resistência que abriu espaço para que, desde o final dos anos 1970, houvesse um deslocamento de rumo. A partir de 1978, em São Paulo, uma série de movimentos grevistas impulsionaram o movimento sindical brasileiro, evidenciaram o protagonismo de um de seus líderes, o então metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, e ainda criaram as bases para a criação de um dos mais importantes partidos políticos pós-ditadura, o Partido dos Trabalhadores.

No que diz respeito à imprensa, estudos sobre o governo ditatorial que se estabeleceu no Brasil após o golpe civil-militar de 1964, dão conta que muitas empresas jornalísticas alinharam-se ao regime então instituído, não somente por força da censura, mas também por contrapartidas econômicas (PIRES, 2007; CAUDURO, 2015; KUSHICK, 1996; BAUER, 2015) Essa postura, em grande medida, se modificou com a crise econômica que assolou o país no final da década de 1970, após a euforia gerada pelo milagre econômico, e a pressão para que o governo promovesse a abertura política. Ou seja, se a partir de 1964 até meados da década seguinte era interessante para os principais meios de comunicação promover a defesa do regime instituído, no final dos anos 70 o discurso teve que se modificar para contemplar as mudanças que se seguiriam, ainda que de forma “lenta e gradual”.

Em 1979 foi promulgada, para o bem ou para o mal, a Lei da Anistia, que possibilitou que vários brasileiros que estavam exilados pudessem retornar ao país, mas também que muitos agentes da repressão não fossem julgados pelos crimes que cometeram. E, por fim, mas não menos importante, a partir de 1983 inicia-se uma movimentação pelo retorno às eleições diretas para escolha do presidente da República, fato que não ocorria desde 1960.

Essa movimentação, iniciada a partir da proposta de emenda parlamentar do Deputado Dante de Oliveira foi encampada por vários setores da oposição política nacional, liderado pelo PMDB, na figura do deputado Ulysses Guimarães, que se julgava candidato natural ao futuro pleito. A reivindicação por eleições diretas num período de desgaste do regime ditatorial e de crise econômica levou milhares de pessoas às ruas para reivindicar o retorno à democracia, sendo, até hoje, uma das mais expressivas mobilizações populares da história brasileira.

UMA ABERTURA CONSENTIDA

O final dos anos 1970 demonstrou que muitas coisas estavam se modificando no cenário político brasileiro. Pode-se afirmar que o primeiro indício foi a retomada do movimento sindical ocorrida com as greves da região do ABC paulista², a partir de 1978. A política econômica levada a termo pelo governo militar, que onerou fortemente os trabalhadores, promovendo um forte arrocho salarial, pois a recomposição salarial não acompanhava os índices de inflação e o aumento do custo de vida levou fatalmente a mobilização dos operários por melhores salários.

Em 1978 aconteceu a greve dos trabalhadores da fábrica da Scania, localizada na cidade de São Bernardo. Foi como um rastilho de pólvora. Nos anos seguintes novas greves eclodiram, atingindo também cidades próximas como Santo André, São Caetano e a capital do estado, São Paulo. Esse movimento fez surgir novos líderes sindicais e revitalizou o movimento sindical abafado pelos anos de governo autoritário.

Para muitos estudiosos do período esse foi o primeiro indício de peso de que o regime se esboroava. A partir desses movimentos de trabalhadores, outros surgiram: a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, (MST), a revogação do AI-5 em janeiro de 1979, a lei da Anistia, também em 1979 e, é claro, a campanha Diretas Já.

No Brasil, a historiografia sobre o retorno ao estado democrático, segundo Denise Rollemberg (2010), apresenta-se em três vertentes. A primeira, em que o Estado aparece como um ente coercitivo, o protagonismo está colocado nos movimentos sociais, que

² O termo faz referência aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, que integram a região metropolitana de São Paulo. Essas cidades agregavam várias indústrias metalúrgicas no final dos anos 1970 e início da década seguinte.

ressurgem, especialmente, por força da crise do regime, mais especificamente, pela crise econômica causada pelo fim do período do *milagre*.

A segunda corrente explicativa, ainda que considere o papel dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores, percebe o momento de abertura política como tributário do sucesso da política econômica (milagre econômico) e não de sua crise, invertendo assim a lógica de análise. A explicação está mais relacionada às dissensões do próprio grupo militar no poder (linha dura, linha moderada). Para os autores que adotam essa perspectiva, “mais complexa e sofisticada”, segundo Rollemberg (2010, p. 100), “os militares só perderiam o controle da situação no governo João Figueiredo, marcado por um elemento importante no cenário político: o movimento sindical do ABC paulista, surgido em 1978, ou seja, ainda sob Geisel.” (p. 101)

Nessa linha de interpretação, considera-se fundamental o peso que os militares da linha dura tiveram no processo de abertura, isto é, posicionando-se de forma contrária, ditando o ritmo lento e controlado como ele ocorreu.

Já o terceiro eixo historiográfico explica a transição para a democracia como fruto dos conflitos que existiam “dentro da corporação militar, nas disputas entre projetos rivais alternativos e excludentes”. (101). Os autores que se vinculam a essa corrente não descartam a importância dos movimentos sociais de oposição ao regime, como, por exemplo, o das Diretas, mas veem, nos anos que se seguem ao fim da ditadura, mais continuidades do que rupturas.

De certa forma, as duas últimas vertentes explicativas dão a ideia de como ocorreu a transição entre esses dois momentos políticos (o do final da ditadura e o de retorno da democracia) no Brasil. Foi, muito antes, uma forma conciliatória de terminar um regime extremamente autoritário, do que uma guinada histórica e política. A lei da Anistia (1979)³ bem prova isso, conforme nos indica o historiador Daniel Aarão Reis Silva (2014).

³ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979. Essa lei concedia anistia àqueles que cometeram crimes políticos entre 1961 e 1979, excetuando-se os denominados crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Também anistiou entes públicos que cometeram prisões arbitrárias, atos de tortura e assassinatos em nome do regime. A Comissão Nacional da Verdade solicitou em 2014 a revisão dessa lei, pois em documento datado daquele ano afirma que a lei infringe leis internacionais, pois, “não poderia incluir agentes públicos que realizaram crimes como “detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres”, pois tais ilícitos são “incompatíveis com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional”, uma vez que se tratam de crimes contra a humanidade, “imprescritíveis e não passíveis de anistia.” LIMA, 2014.

O governo civil que se estabeleceu em 1985, por meio de eleições indiretas (colégio eleitoral⁴), também é um reflexo dessa continuidade, pois os candidatos da chapa de oposição ao regime eram antigos aliados dos militares e garantiriam uma política de não revanchismo aos antigos ocupantes do poder central.

A CAMPANHA PELAS ELEIÇÕES DIRETAS NO BRASIL

Para o jornalista e escritor Elio Gaspari (2016, p. 270), a campanha Diretas Já foi uma espécie de união entre vários setores políticos que se colocavam em oposição – ainda que em momentos anteriores possam ter prestado apoio - ao governo militar, e o povo.

De toda forma, a campanha, ainda que tenha contado com forte participação popular, também contou com disputas internas. O regime estava em seus momentos finais, a despeito da posição do presidente Figueiredo que insistia em algumas manobras para se manter mais alguns anos no poder. Políticos que antes eram aliados dos militares viam agora a possibilidade de passar para a oposição. Outros mantiveram sua posição de apoio à ditadura vislumbrando mais alguns anos de regime autoritário. Novos políticos também surgiam, uma oposição mais aguerrida e que se misturava a essa oposição “requeitada”.

Além dos políticos “profissionais” a campanha pelas Diretas contou também com a participação efetiva de intelectuais, jornalistas, juristas, artistas, sindicalistas, lideranças religiosas e, até, torcida organizada de times de futebol. Todos tinham o mesmo objetivo, porém nem sempre concordavam no caminho a tomar para alcançá-lo.

No dia 2 de março de 1983 o deputado federal Dante de Oliveira do PMDB (Mato Grosso) apresentou ao Congresso Nacional proposta de emenda que visava estabelecer eleições diretas para presidência da República. No mês seguinte o diretório nacional do partido decidiu por encampar a bandeira pela eleição direta. O governo militar, dois meses depois, por meio de uma proposição feita por um ministro, propôs a reeleição do presidente Figueiredo. Esse era o clima político no ano de 1983, quando se começou a discutir abertamente a possibilidade do retorno às eleições diretas para presidente no Brasil.

⁴ Desde a Constituição de 1967 os presidentes eram escolhidos por meio de Colégio Eleitoral, composto por “membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas assembleias legislativas dos estados, cujo número final era determinado pela proporcionalidade do número de eleitores inscritos em cada estado.” (DIRETAS JÁ, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro). Após 1982 essa representação por estado foi uniformizada: eram seis representantes por assembleia.

Assim, ainda neste ano formou-se um comitê suprapartidário para organizar as ações em prol das eleições diretas. Integravam essa frente o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, Lula, presidente do PT, o governador de São Paulo, Franco Montoro, o deputado e presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, entre outros.

A primeira manifestação pública pelas Diretas aconteceu em Goiânia, após um debate sobre o tema no qual compareceram representantes do PT e Ulisses Guimarães, em que os participantes ocuparam as ruas da cidade exigindo o retorno à ordem democrática. A partir daí uma série de comícios e eventos, alguns de grandes proporções, tomaram conta das grandes cidades brasileiras. O PMDB, que se estabeleceu como liderança do movimento, tinha um grande aparato para dar conta da mobilidade que era exigida de seus líderes, e da montagem das estruturas para os eventos.

Em relação à imprensa, de acordo com as fontes consultadas e, especialmente, com Elio Gaspari, poucos foram os veículos que, inicialmente, deram destaque aos comícios e atividades que reivindicavam as eleições diretas; muitos ainda estavam fortemente comprometidos com o governo instituído. Conforme as manifestações iam aumentando, ficava mais difícil ignorar o fato, mas podia-se dedicar pouco espaço a ele. Essa era a prática, por exemplo, da Rede Globo (televisão e jornais). Tática diferente adotou a TV Bandeirantes⁵ e também a Folha de São Paulo (GASPARI, 2016).

A IMPRENSA ESCRITA COMO FONTE DE PESQUISA

Na rememoração dos cinquenta anos do golpe civil militar que desembocou nos 21 anos de ditadura, muitas empresas jornalísticas publicaram uma espécie de *mea culpa*, procurando melhorar sua imagem junto a seus leitores/consumidores, fazendo uma crítica da postura assumida na ocasião. O caso mais emblemático, devido a importância que a empresa ocupa no cenário nacional, é o das Organizações Globo. Sabidamente, essa empresa foi grande beneficiária do regime instituído em 1964. Seu apoio sempre foi explícito. Porém, como sabem os historiadores, a memória não é estática, ela é construída. Em agosto de 2013, em editorial o jornal O Globo admitiu que “desde as manifestações de junho, um coro voltou

⁵ A TV Bandeirantes sofreu retaliação do governo pela cobertura dada aos comícios pelas Diretas. Segundo Gaspari (2016), teve negada concessão para abertura de sucursal em Brasília.

às ruas: ‘a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura’. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura.” (O GLOBO, 31 de agosto de 2013)

O jornal admite ter se posicionado ao lado dos militares em 1964, entretanto afirma que não estava sozinho nessa empreitada:

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, com do ‘O Estado de São Paulo’. ‘Folha de S. Paulo’. ‘Jornal do Brasil’ e o ‘Correio da Manhã’, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. (O GLOBO, 31 de agosto de 2013)

Muito já se falou, no campo da produção da História, sobre a utilização de periódicos como fonte para compreensão dos fatos. Jornais que são transformados em fontes sempre causaram desconfiança entre aqueles que se dedicam ao ofício da História. Como afirmam Cruz e Faria (2007), “os diversos materiais de imprensa (...) não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico.” (p. 258)

Assim, entende-se que ao realizarmos a escolha por trabalhar com os editoriais, para o caso deste artigo, do jornal Zero Hora, cumpre-nos a obrigação de contextualizar essa fonte no espaço social e temporal que ocupa.

Zero Hora, o jornal impresso de maior circulação no estado conforme dados de 2015⁶, pertence atualmente ao grupo RBS (Rede Brasil Sul), de propriedade da família Sirotsky, que, por sua vez, está vinculado à Globo⁷. Sua ascensão ocorreu justamente no período de efervescência da campanha Diretas Já, vinculada à crise do jornal Correio do Povo, que detinha maior prestígio à época⁸. Somente em 1970, o jornal passou para o controle da família Sirotsky.

De acordo com Giovanaz (2015), a partir da emergência dos governos militares ditatoriais, o grupo RBS expandiu sua área de atuação progressivamente e, conseqüentemente, seu poderio econômico, tornando-se hegemônico no estado do Rio Grande do Sul e,

⁶ Dados da Associação Nacional de Jornais. <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

⁷ Desde 1967, a RBS tornou-se afiliada da Rede Globo. Conforme Giovanaz, 2015.

⁸ O Correio do Povo deixou de circular em 1984, retornando somente em 1986. Felippi, 2006.

posteriormente, em Santa Catarina. Isso ocorreu, em grande medida, por sua associação à Rede Globo, o que, conforme o autor supracitado “representava um atestado inequívoco de adesão ao regime” militar. No período essa adesão significava poder de atuação e de expansão sem muitas restrições.

Dessa forma, a fonte de pesquisa escolhida recaiu sobre um jornal que se tornara hegemônico no Rio Grande do Sul, vinculado a uma empresa jornalística, que, por sua vez, mantinha relações com órgãos do governo e a maior empresa de comunicação do país, as Organizações Globo. Desde a perspectiva da caracterização do jornal, de acordo com Silva e Franco (2010), Zero Hora se qualifica como um jornal de temática livre, de circulação estadual. Ainda segundo essas autoras, jornais que se enquadram nesse tipo, por serem de maior porte e terem publicação diária, “dão ao leitor a falsa impressão de que abarcam linhas ideológicas e políticas variadas” (p. 9). Entretanto,

...a palavra escrita que difunde não é necessariamente livre porque obedece a uma linha editorial pré-definida e afinada com a cultura política dos proprietários ou mesmo dos acionistas (quando for o caso), que naturalmente leva em conta a expansão do público leitor e as exigências de mercado quanto ao conteúdo e forma de apresentação. (SILVA; FRANCO, 2010, p. 9)

Como dito no início dessa seção, muitos grupos jornalísticos aderiram ao regime autoritário, entretanto cabe mencionar que apesar da dificuldade, da repressão e da censura imposta pelo governo, especialmente a partir de 1968, com a edição do Ato Institucional nº. 5, alguns jornais tentaram furar essa barreira. São exemplos de jornalismo de resistência ao regime os periódicos Coojornal, Pasquim, Pif Paf, entre outros, além de jornalistas que mesmo estando em grandes jornais, tentavam escapar dos mecanismos de censura para divulgar suas matérias.

Além de considerar o caráter específico da fonte escolhida, a pesquisa que ora realizamos se circunscreve, no âmbito da historiografia, à História do Tempo Presente, pois relaciona-se com os acontecimentos que dizem respeito a contemporaneidade do pesquisador. Segundo o historiador François Dosse (2012), a história do tempo presente vincula-se ao “tempo da experiência”, volta-se para temas atuais e que, de certa forma, ainda suscitam discussões sociais.

Felizmente, o debate sobre a validade do conhecimento produzido, tanto no que tange ao uso de fontes jornalísticas, como aos eventos que estão mais próximos da vivência do

historiador (do tempo vivido) foi amplo e hoje são poucos os olhares que se voltam com desconfiança para essas pesquisas.

JORNAL ZERO HORA E AS DIRETAS

O movimento pelas Diretas, embora de curta existência, pois teve duração de cerca de dois anos, foi prolífico, com constantes atos nas principais cidades do país, concentrando os maiores nas principais capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A capital do Rio Grande do Sul se articulou em prol do movimento, mas, assim como percebe-se para temas da história política mais recente, como por exemplo o período da ditadura militar, a produção acadêmica e, especialmente, historiográfica, acerca do assunto é menor quando se compara ao que se escreve sobre acontecimentos relacionados aos estados de Rio de Janeiro e São Paulo⁹. Dessa forma, ainda que o campo de pesquisa seja farto para os historiadores e para pesquisadores de outras áreas, há poucos parâmetros de diálogos e para se tecer comparações entre as análises.

A pesquisa em Zero Hora, de março de 1983 a abril de 1984, revela que o jornal não se furtou de noticiar os eventos e debates relativos a questão da sucessão presidencial e, especialmente, no que diz respeito à campanha pelas eleições diretas. O material encontrado no periódico compreende cartas de leitores que opinavam sobre o tema, geralmente se colocando a favor das eleições diretas, entrevistas, artigos produzidos por seus jornalistas e pequenos informes sobre o movimento.

A discussão aqui se concentrará no material encontrado nos editoriais publicados no período consultado. A escolha por essa seção do jornal se dá porque é aí que, na maioria das vezes, o leitor e, com mais profundidade, o pesquisador, consegue deduzir o tom político e ideológico da empresa jornalística.

Do período analisado, percebe-se que diariamente Zero Hora publicava material sobre a sucessão presidencial e/ou os personagens políticos envolvidos mais diretamente ao tema. Voltando o olhar para seus editoriais, compreendemos que o assunto está presente, ainda que numa recorrência menor. Ainda assim, o que ali é exposto nos dá indícios para entender as concepções políticas que o jornal adota ao se debruçar sobre o tema das eleições presidenciais

⁹ Ver Konrad e Lameira (2014)

e o fim do período ditatorial. Um exemplo é o editorial do dia 11 de abril de 1983, intitulado “Basta de Violência”:

O enérgico pronunciamento presidencial de sábado tranquiliza a Nação, na medida em que se percebe uma clara disposição do Governo Federal em **não permitir que a democracia venha a ser mortalmente ferida** por uma agitação irresponsável e com evidente endereço de impedir o aprofundamento da abertura. (...) Assim, se não houver, por parte das autoridades federais e estaduais, de situação e oposição, plena consciência de suas responsabilidades no atual momento, evidenciando a vontade inquebrantável de perseverar na linha de aprofundamento da democracia, o País pode ver seu futuro seriamente comprometido. (...) é preciso que essa conscientização venha em benefício da solidez do regime democrático que estamos construindo conjuntamente, povo e governo, situação e oposição. (Zero Hora, 11 de abril de 1983, p. 2. Grifo nosso)

No trecho acima percebe-se que, para Zero Hora, assim como para o governo instalado, vivenciava-se a democracia (!), em plena ditadura. E mais, para o sucesso e aprofundamento desta, era necessário conter os ânimos e agir de forma racional e pacífica, ainda que o país estivesse passando por profunda crise econômica e política. Chama a atenção, também, a associação, não explícita, ao lema da campanha da fraternidade, veiculada anualmente pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No próprio título do editorial há uma alusão a declarações feitas pelo presidente Figueiredo sobre o tema, que foi o cerne da campanha daquele ano (Fraternidade sim, violência não). Bom, isso é emblemático, pois vem de um governo que usou continuamente da violência para calar seus adversários.

Os editoriais desse período aludem muito mais à crise econômica do que à política. A crise política aparece, para o leitor desatento, estar subordinada às dificuldades econômicas daquele momento. As manifestações, em geral, ao presidente Figueiredo são de confiança em seu trabalho, enfatizando o fato de que conseguia conduzir o processo de redemocratização de maneira tranquila. Dessa forma, em editorial do dia 26 de agosto de 1983 sobre um pronunciamento de João Figueiredo no dia anterior, ZH diz que, “a palavra serena, embora severa do Presidente que, embora diante de todas as dificuldades, soube ser igual à magnitude do desafio, de conduzir e proteger a abertura significa sóbria e oportuna advertência.”

De forma mais explícita, o jornal se posiciona em 7 de novembro do mesmo ano, com o texto intitulado “As diretas e a crise”:

Está em curso no País um debate extremamente importante: seu tema central é o restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República. Dificilmente alguém poderá negar que o pleito direto é o mais democrático, muito mais do que o atual processo que se verifica no Brasil. Certamente, esta afirmação não implica necessariamente sustentar-se que a única forma democrática de eleição é a direta. (Zero Hora, 7 de novembro de 1983, p. 2)

Segue, mencionado processos de escolha presidencial realizadas por voto indireto, como em alguns sistemas parlamentaristas e alude à crise econômica por que passa o País, esse sim motivo de real preocupação de todos, em especial, do governo e dos possíveis sucessores a esse cargo.

No Brasil, tona-se cada vez mais necessária a acumulação de forças, a conjugação de vontades e opiniões para a superação da crise. (...) Portanto, no nosso caso, as abordagens em torno das eleições diretas não podem ter como objeto apenas o palco institucional. É preciso uma abertura maior, que atinja igualmente as realidades econômica e social. (Zero Hora, 7 de novembro de 1983, p. 2)

O que se percebe, na leitura dos editoriais, é que ZH apresenta uma defesa das eleições diretas para presidente, como não poderia deixar de ser, mas não uma defesa veemente. Se depreende que isso é algo quase que “natural”, mas não uma urgência. Para o jornal, o imprescindível era a resolução dos problemas econômicos gerados pela crise. Isso sim deveria estar na primeira ordem das preocupações da sociedade e dos políticos.

Outro dado importante, já mencionado em trabalho de Bauer (2015), é que o jornal adota uma postura, não exclusiva para esse período e não específica desse órgão, que se relaciona à “ideologia da reconciliação”, termo que, segundo a historiadora, foi elaborado pelo historiador Ricard Vinyes. De acordo com Vinyes, essa ideologia prega o consenso, mas sem discussão, negociação e decisões compartilhadas. A ideologia da reconciliação nega o conflito histórico e, por conseguinte a necessidade de resolvê-lo. (VINYES, 2008, p. 4).

Ainda conforme Vinyes, o objetivo dessa ideologia consiste em “decretar (y convencer) de la inexistência de diferencias y conflictos entre memorias” (2008, p. 14), mesmo que isso implique exatamente “lo que pretende evitar, esto es tensión, enfado, beligerancias diversas, atomización de las reivindicaciones(...)” (idem). Calcar a passagem de um regime autoritário, que fez uso da violência, real e simbólica, para manter seu projeto político, num

discurso de necessidade de consenso entre todas as partes para buscar uma situação futura ideal é, pensamos, tentar estabelecer uma ideologia de reconciliação, com todos os problemas que ela resulta. Quiçá não vivemos hoje, em meio a crise política e institucional que presenciamos, reflexos desse tipo de discurso e escolha política.

Desestimar el conflicto, desvanecerlo, ha conllevado la adopción de un principio doctrinal importante y frecuente en la mayoría de países que han transformado antiguas dictaduras en sistemas democráticos, la “impunidad equitativa”, un modelo de actuación que aun reconociendo (y, por tanto, sin olvidar) la existencia del daño y la responsabilidad (...). No hay que entrar en el conflicto, hay que darlo por superado; no es que este superado, pero hay que actuar como si ésta fuera la realidad. (VINYES, 2008, p. 15).

Assim, vemos no editorial de 27 de novembro de 1983, o que nos parece explicitar justamente a ideia apontada por Bauer e Vinyes:

A cada dia que passa, mais veemente e emocional se torna o debate travado em torno das eleições diretas para presidente da República (...) Na verdade, não seremos nós que sempre defendemos o debate livre e aberto das sociedades pluralistas que iríamos condenar uma discussão pelo simples fato de ela se apresentar nos parlamentos, nas ruas, nos textos. O debate democrático é sempre saudável e não será a imprensa livre deste país quem procurará limitá-lo. (...) Com efeito, não tem qualquer sentido uma mobilização nacional em torno do pleito direto sem que esta mesma mobilização não tenha em seu bojo programas concretos e viáveis para se enfrentar a montanha de dificuldades internas e externas no nível econômico e social. A marcha para a plenitude democrática tem o seu ritmo, se é que pretendemos realmente uma transição segura que culmine em sólidas bases. (Zero Hora, 27 de novembro de 1983, p. 2)

No dia 16 de fevereiro de 1984, Zero Hora elogia o presidente Figueiredo por sua atuação no processo de transição, afirmando que o Brasil vivia um “franco caminho de reconciliação com a democracia”. Ainda, no mesmo texto, enfatiza a necessidade de se atentar para o plano econômico, pois “nem só no nível político situa-se a necessidade de definição clara de um modelo. Também em termos econômicos é fundamental que se acelere a abertura.” Ao mesmo tempo em que enaltecia a condução política do último presidente militar, fazia a crítica à ingerência estatal na economia, tom dado pelos militares quando no

poder. Para Zero Hora, era imperioso que não se falasse apenas “em liberdade [política] com a atual presença maciça do poder do Estado na vida econômica”. Precisávamos, segundo essa visão, de liberdade política, mas essencialmente, de liberdade econômica, que pode ser traduzida pelo necessidade de abertura ao livre mercado.

Com o crescimento das mobilizações favoráveis às eleições diretas Zero Hora, em 25 de fevereiro de 1984, comenta no editorial a fala do deputado João Cunha (PMDB-SP), que, segundo o documento, fez críticas contundentes ao presidente e incitava ao radicalismo, algo extremamente condenável pelo jornal, com o uso, inclusive, da expressão “ira santa”, que mais caberia “nos lábios de um aiatolá do que no discurso de alguém que se pretende defender o caminho da democracia para o nosso país.” No mesmo editorial, ao condenar a posição adotada pelo parlamentar paulista, vinculado ao “maior partido de oposição”, defendia a postura “ponderada” e não radical do governador de Minas Gerais Tancredo Neves. Zero Hora demonstra aqui algo recorrente, inclusive em outros contextos políticos importantes¹⁰: a recusa ao radicalismo, geralmente vinculado a setores da esquerda, e a defesa da conciliação para a consecução dos objetivos comuns da sociedade.

Já em abril, em editorial intitulado “A hora do consenso”, o periódico assume que as mobilizações em prol das eleições diretas se configuram como a “maior manifestação política da história do país”. Porém, é preciso se chegar a um consenso para trilhar o caminho rumo à democracia, é preciso ainda “afastar, sempre, o faccionismo, e o radicalismo, em qualquer setor.” (Zero Hora, 12 de abril de 1984, p. 2) Especialmente se o malfadado “radicalismo” levasse a uma democracia mais ampla, atendendo aos anseios não só dos que detinham o poder político e econômico, mas daqueles que sempre foram alijados dos processos na História da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa ainda está em andamento, portanto conclusões são ainda parciais. Entretanto, percebemos, ao analisar os editoriais do período selecionado e cotejando

¹⁰ Ver especialmente KUSCHICK (1996) e MISOCZKY e FERREIRA (2005).

com a bibliografia consultada, que Zero Hora estabelece um padrão não muito diferente da grande imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo¹¹.

O periódico não se furtou de publicar eventos relacionados à campanha Diretas Já, apresentando nas páginas das seções dedicadas à política um certo equilíbrio entre os favoráveis e os contrários ao pleito direto, o que pode dar uma ideia de neutralidade do jornal. No entanto, quando recorremos aos editoriais, vemos que a empresa jornalística se mantinha cautelosa, defendendo uma postura voltada para o consenso, sem radicalismos e mudanças bruscas no jogo político encenado até então.

Parece que sua preocupação maior estava relacionada aos problemas econômicos e, portanto, mais objetivos da sociedade brasileira. Assim, a centralidade da discussão, naquele momento, não se assentava na mobilização popular que queria enterrar de vez o regime autoritário, mas ficava em torno do melhor caminho para se chegar à democracia e, especialmente, ao fim da crise econômica, sem sobressaltos políticos e mudanças radicais. O que, de fato, do ponto de vista da política, veio a acontecer.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. Ditadura civil-militar e imprensa gaúcha: a construção de uma conciliação com o passado (1979-1988). **Escritas**. Araguaína, vol. 7, n. 1, p. 149-170, 2015.

CAUDURO, Douglas Hinterholz. O papel dos jornais Zero Hora e Correio do Povo no começo da ditadura militar. **Alcar 2015: Anais**. Porto Alegre, 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez 2007.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia**: As articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. Florianópolis, 2015. 289 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

¹¹ Mencionamos, a título de comparação, os jornais desses dois estados, pois são os mais analisados pelas pesquisas que se dedicam a estudar as relações entre imprensa e o período da ditadura militar no Brasil.

KONRAD, Diorge Alceno. LAMEIRA, Rafael Fantinel. O golpe civil-militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: Historiografia e História. BATISTELLA, Alessandro (org). **O golpe civil-militar de 1964 no Sul do Brasil**. Chapecó: Argos, 2014. ePUB.

KOTSHO, Ricardo. **Explode um Novo Brasil**. Diário da Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUSCHICK, Christa Liselote Berger. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais**. São Paulo, maio de 1996. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

LEONELLI, Domingos. OLIVEIRA, Dante de. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MISOCZKY, Maria Ceci. FERREIRA, Carolina da Silva. A construção simbólica da definição de governar e de governador realizada pelo jornal Zero Hora nas três últimas eleições. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 4, p. 1-17, 2005.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 305-313, dez 2007.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já**. O grito preso na garganta. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. **A Construção Social dos Regimes Autoritários. Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.97-144.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**. Vol.4 – O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.

SILVA, Márcia Pereira. FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **História em Reflexão**. Dourados, vol. 4, n. 8, Jul/dez 2010.

VINYES, Ricar. **Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades**. 2008, mimeo.